COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 7.260, DE 2002

Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 7.260, de 2002, que “Dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes”.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 7.260, de 2002, trata da manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes. A proposta sugere que todos os edifícios de uso público e coletivo passem a dispor de um Plano de Manutenção, Operação e Controle dos referidos sistemas.

A matéria foi aprovada pela Câmara dos Deputados e encaminhada ao Senado Federal para a revisão constitucional estabelecida no art. 65 da Constituição Federal. Na Câmara Alta, o processo foi emendado, fato que motivou o seu retorno a esta Casa iniciadora para o posicionamento de mérito acerca da mudança promovida.

No caso, a alteração ocorreu no §2º do art. 1º do projeto. A redação original previa que o referido plano de manutenção seria desenvolvido sob responsabilidade técnica de um engenheiro mecânico. O Senado Federal alterou a redação desse dispositivo para estender tal atribuição aos técnicos de refrigeração e climatização, ou outro profissional legalmente habilitado.

A Emenda do Senado Federal deverá ser apreciada de forma conclusiva pelas Comissões de Seguridade Social e Família - CSSF; de Finanças e Tributação – CFT; e de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Seguridade Social e Família a apreciação da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 7.260, de 2002, da Câmara dos Deputados, quanto ao mérito para o direito à saúde e para o sistema público de saúde. Importante ressaltar que a matéria ora em análise já foi apreciada e acolhida anteriormente por esta Comissão e pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Em relação especificamente à emenda feita pelo Senado Federal, vale registrar que ela promoveu a ampliação do rol de profissionais que podem ser considerados aptos para assumir a responsabilidade técnica dos Planos de Manutenção, Operação e Controle dos sistemas de climatização instalados em edifícios de uso público e coletivo. Pela redação original do dispositivo, somente o engenheiro mecânico poderia assumir tal responsabilidade.

A flexibilização introduzida pelo Senado Federal compromete a segurança e a qualidade da medida considerada meritória pela Câmara dos Deputados. A aceitação de outros profissionais, com conhecimentos técnicos limitados e sem a amplitude que, reconhecidamente, possuem os engenheiros, será pior para o interesse público. A intenção expressa da proposta era exatamente a de conferir maior segurança à saúde pública, ao proteger as pessoas que são obrigadas a frequentar edifícios que possuem sistemas de climatização que não enfrentam, regularmente, procedimentos de manutenção aptos a prevenir a veiculação de agentes causadores de doenças. Não vejo

razões técnicas suficientes para prescindirmos do apoio técnico do profissional que detém conhecimentos mais aprofundados sobre esse assunto.

A questão principal que passe a ser discutida com a Emenda do Senado Federal é se há méritos na aceitação de outros profissionais que não possuem a capacidade técnica e a profundidade de conhecimentos de um engenheiro mecânico. Vale lembrar que um plano de manutenção adequado e bem elaborado pode evitar a transmissão de muitos patógenos que atingem as vias aéreas. A medida, para atingir o objetivo principal na prevenção de doenças respiratórias, precisa ser idealizada por profissionais de alta competência técnica. Por isso, considero que a Emenda em análise enfraquece muito a proposta inicial e pode frustrar o atingimento dos objetivos almejados.

Diante do exposto, VOTO pela REJEIÇÃO da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 7.260, de 2002.

Sala da Comissão, em 04 de setembro de 2017.

Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ
Relator